O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884) FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890) JULIO MESQUITA (1885-1927) JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969) FRANCISCO MESQUITA (1915-1969) LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

PRESIDENTE
ROBERTO CRISSIUMA MESQUIT.
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JÚLIO CÉSAR MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETI
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA MARIANA UEMURA SAMPAIO DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE PAULO BOTELHO PESSOA DIRETOR FINANCEIRO

NOTAS E INFORMAÇÕES

Lula é isso aí



Sejamos claros, é disso que se trata: o presidente quer obrigar a Petrobras a se dobrar à desbragada demagogia lulopetista, tal como foi feito na Venezuela chavista com a PDVSA

ula da Silva acha que o problema do Brasil é o mercado – aquele que, em suas palavras, "é um dinossauro voraz, que quer tudo para ele e nada para o povo". Em entrevista ao SBT, o presidente perguntou se o mercado não tem "pena" de quem dorme na rua ou passa fome. Por isso, disse que a Petrobras não deve apenas "pensar nos acionistas", mas tem o dever de "pensar em 200 milhões de brasileiros que são donos dessa empresa ou são sócios dessa empresa".

Ou seja, quando os mais ingênuos

imaginavam que o petista fosse aproveitar a oportunidade para apaziguar os ânimos diante da crise deflagrada pela intervenção explícita do governo na distribuição de dividendos extraordinários pela Petrobras, movimento que causou grande apreensão entre os investidores, Lula resolve ser mais Lula que nunca.

Émvez de lamentar a resistência da Petrobras em se autodestruir, Lula poderia resolver a questão facilmente, recomprando as ações da empresa que estão em mãos privadas e fechar seu capital, transformando-a em companhia 100% estatal. Poderia também recomprar a dívida pública e, assim, não depender mais do malvado mercado para financiar o governo.

Como se trata de uma utopia doidivanas que esbarra na realidade das contas públicas, há a alternativa de tomar a dinheirama que a Petrobras investe para melhorar sua produção e usá-la para bancar grandes programas para dar casas a quem mora na rua e comida a quem passa fome. Foi o que a ditadura chavista fez na Venezuela com a PDVSA, que era uma das maiores petroleiras do mundo e que, depauperada pelo populismo dos companheiros Chávez e Maduro, se tornou uma colossal sucata – e hoje quase 80% dos venezuelanos vivem abaixo da linha de pobreza.

Sejamos claros, é disso que se trata: a tentativa de transformar a Petrobras em instrumento a serviço da desbragada demagogia lulopetista, tal como foi feito na Venezuela chavista. Por isso, as ações da Petrobras, que até haviam ensaiado uma recuperação após terem despencado na última sexta-feira, voltaram a cair, pois as novas declarações do presidente confirmam algo que, até então, os investidores apenas intuíam: que Lula nada esqueceu nem aprendeu e que, ao contrário, dobrará a aposta no lulopetismo radical.

À entrevista mostrou que a essência do pensamento lulopetista permanece intocada. Todas as empresas precisam se curvar às vontades do governo, mesmo que essa vontade as coloque à beira da ruína, como no passado recente. E pouco importa se elas já não pertencem integralmente ao Estado,

como é o caso da Petrobras.

Mesmo a Vale, que nem sequer conta com participação direta do governo, terá de prestar contas ao chefão se não quiser sofrer retaliações. E, se ainda restavam dúvidas sobre o caráter voluntarista do governo, elas acabaram ontem, quando José Luciano Duarte Penido, membro independente do Conselho de Administração da Vale, renunciou ao cargo denunciando que há "evidente e nefasta influência política" na empresa. "Minha atuação como conselheiro independente se torna totalmente ineficaz, desagradável e frustrante", afirmou Penido em carta.

O fato de que isso esteja acontecendo a olhos vistos nas duas maiores empresas do País, que não apenas possuem o maior peso na Bolsa de Valores, como sustentam a balança comercial brasileira, revela o mal que faz Lula ao Brasil.

O presidente demonstra estar disposto a degradar o valor das poucas companhias brasileiras capazes de competir no exterior para impor sua visão econômica atrasada, autoritária e, sobretudo, suicida.

Devolvemos a Lula sua pergunta: será que o petista não tem pena das pessoas que passam fome e que dormem na sarjeta das principais cidades do País? Se tem, passou da hora de começar a trabalhar de maneira efetiva para combater a pobreza e assumir sua responsabilidade, e não instrumentalizála como ativo eleitoral. É o que se espera do presidente da República, e não da Petrobras ou qualquer outra empresa brasileira. ●

O longo caminho até a energia limpa

Escolha mais criteriosa dos países da América Latina sobre o modelo de transição energética a ser seguido evitará dispêndio de recursos públicos e privados em fontes limpas e inadequadas

América Latina precisa investir US\$ 1,3 trilhão ao ano para mitigar os efeitos da mudança climática e transitar para as energias renováveis. A estimativa apresentada em recente evento em São Paulo por Ilan Goldfajn, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), expõe um esforço muito além da capacidade orçamentária do conjunto dos governos da região e a necessidade de atração do interesse do se-tor privado. Nada prosperará, entretanto, sem uma criteriosa escolha das nações latino-americanas do modelo de transição energética que lhe será mais adequado.

Investir o equivalente a 12% do Produto Interno Bruto (PIB) a cada ano na agenda climática é impensável para uma região desafiada pela desigualdade social, por gargalos ao desenvolvimento econômico, pelos altos níveis
de corrupção e de insegurança pública
e limitada produção científica e tecnológica. O BID, entretanto, antevê a
agenda de transição energética como
oportunidade para transformação econômica latino-americana, dado seu potencial de geração de energia limpa e
de produção e exportação de bens verdes. A avaliação não difere da linha seguida pelas autoridades da área econômica do Brasil.

Não há dúvida de que o uso de fontes fósseis – petróleo, carvão e gás natural – é a principal causa do aquecimento global, o que lhes confere a condição de alvo central da agenda internacional de redução das emissões de gases do efeito estufa. Também é inegável que a indústria do petróleo continuará indispensável e que, possivelmente, terá papel relevante no financiamento da transição energética. Por fim, o decréscimo do uso de fontes fósseis e o aumento das fontes renováveis é uma realidade da qual nenhum país pode escapar.

Mas o trilho a ser seguido, tanto no Brasil como nos seus vizinhos e em outras partes do mundo, deve levar em conta de que as principais fontes consideradas "limpas" - hidrelétrica, eólica, solar, nuclear - não são exatamente limpas ou baratas em seu processo de produção. As pás de usinas que geram energia eólica, por exemplo, ainda não são recicláveis. Outras fontes, como o hidrogênio verde, demandam volumes consideráveis de água. De forma geral, os países ainda têm de considerar o custo e o impacto da infraestrutura necessária para qualquer uma dessas fontes alcançar os consumidores.

Soluções têm sido adotadas há anos pelos setores público e privado sem que haja avaliação mais precisa sobre o quanto efetivamente contribuirão ao longo do tempo para a redução das emissões de gases do efeito estufa e, em especial, sobre seus efeitos ambientais de longo prazo. Seguir as estrelas limpas do mercado internacional nem sempre é a melhor escolha para países com recursos escassos e vulnerabilida-

des ambientais e sociais, como os da América Latina. É preciso prudência redobrada.

Alguns embustes já são visíveis nesta etapa inicial da transição energética. A escalada de venda de carros elétricos nos Estados Unidos e na Europa pode ser vista como bem-vinda. No entanto, mais da metade da matriz energética desses países tem origem no petróleo e no carvão. Em outras palavras: a eletricidade que move os veículos por lá é consideravelmente suja. A busca por painéis fotovoltaicos residenciais tem sido acompanhada pelo acúmulo de unidades que chegaram ao fim de sua vida útil. Na melhor hipótese, são despejados em galpões privados. Na pior, em lixões

Não é diferente com as usinas eólicas. Certamente, empresas trabalham em soluções tecnológicas para os aparatos eólicos e solares receberem o selo verde e para o lixo ter destino ambientalmente aceitável. Há, entretanto, gargalos até o momento intransponíveis, como a limitação de recursos disponíveis nas instituições multilaterais para financiar a transição energética. Tal fato aumenta a pressão sobre governos e empresas or major cuidado na escolha dos modelos alternativos à energia fóssil. A agenda inescapável da mudança climática exige decisões pragmáticas na América Latina.

COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW

pressreader Presse